



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

**Efeito do Resultado Abrangente nos Indicadores de Desempenho das
Companhias Abertas Brasileiras**

GEORDANA MENDONÇA CURCINO

Universidade Federal de Uberlândia

SIRLEI LEMES

Universidade Federal de Uberlândia

REINER ALVES BOTINHA

Universidade Federal de Uberlândia

Efeito do Resultado Abrangente nos Indicadores de Desempenho das Companhias Abertas Brasileiras

RESUMO

Visto que o Brasil está em pleno processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, o que pode ser verificado pelas alterações na lei societária e publicação contínua dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, o objetivo do presente estudo é verificar o impacto da evidenciação do resultado abrangente na análise de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as normas internacionais. Para a realização da pesquisa, foi composta uma amostra com as companhias abertas brasileiras listadas no índice Bovespa (Ibovespa), sendo coletados dados dos relatórios financeiros dos anos de 2010 a 2012. Realizou-se cálculo dos indicadores financeiros Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Lucro por ação (EPS) sob dois resultados contábeis (lucro líquido e abrangente) e utilizou-se de método estatístico para averiguar se há diferença dos indicadores calculados de acordo essas duas formas de mensuração do lucro. Nesse sentido, notou-se que, para a amostra, não houve diferença significativa entre o ROE e EPS calculados com base no lucro líquido e abrangente. Não obstante, constatou-se que, de maneira isolada, algumas empresas passaram por grandes variações de ROE e EPS em função da forma de cálculo realizada. Por fim, o estudo evidenciou que, embora seja pouco utilizado para fins de análise financeira, o resultado abrangente pode interferir na interpretação de indicadores de rentabilidade, o que ocorreu para algumas empresas analisadas neste estudo. A pesquisa tenciona contribuir com estudos anteriores, apontando impactos da divulgação do resultado abrangente nos indicadores de desempenho das empresas, assim como o atendimento das empresas à norma que exige a sua apresentação.

Palavras-chave: Resultado abrangente. ROE. Lucro por ação.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da contabilidade consiste em fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos às entidades (Iudícibus & Marion, 2006). Assim sendo, a contabilidade tem sido um fator de destaque no âmbito empresarial, devido às várias mudanças ocorridas no cenário mundial decorrentes de fatores econômicos, o que tem propiciado novos rumos e desafios para a contabilidade (Resende, Pinheiro & Maia, 2011).

O Brasil está em pleno processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, e isto pode ser verificado pelas alterações na lei societária e a publicação contínua dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Lemes e Carvalho (2010) sustentam que a alteração na lei societária e a utilização dos pronunciamentos do CPC colocam o Brasil em uma posição diferenciada em relação a outros países, fazendo com que, em pouco tempo, a Contabilidade Internacional e a Societária possuam o mesmo significado.

Levando-se em consideração que, no Brasil, a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) passou a ser exigida a partir de 2010, por meio do Pronunciamento Técnico 26 do CPC, o tema escolhido para realização deste estudo é a evidenciação do lucro abrangente em companhias abertas brasileiras. Nesse contexto, Epstein, Nach e Bragg (2006 *apud* Pinheiro, Macedo & Vilamaior, 2012) relatam que a divulgação do lucro abrangente é importante, pois este demonstra melhor o desempenho das empresas que o lucro líquido, porque inclui todas as alterações patrimoniais do período, exceto aquelas oriundas de investimentos dos proprietários e distribuições.

Com base na análise de estudos anteriores, (Coelho & Carvalho, 2007; Kabir & Laswad, 2011; Lin & Rong, 2012), verifica-se que estudos estão explorando a forma de evidenciação do lucro abrangente e as diferenças entre este e o lucro líquido. Em outros trabalhos (Gallon, Silva, Toledo Filho & Hein, 2009; Ferraro, 2011; Kabir & Laswad, 2011; Resende, Pinheiro & Maia, 2011; Turktaş, Georgakopoulos, Sotiropoulos & Vasileiou, 2013), o lucro abrangente foi utilizado para calcular indicadores de desempenho assim como o *value relevance*, a fim de compará-los com os resultados obtidos aplicando-se o lucro líquido nas fórmulas.

Ademais, uma pesquisa realizada por Dastgir e Velashani (2008) apontou que o lucro abrangente não é superior ao lucro líquido na avaliação do desempenho de empresas, considerando o retorno de ações e preço. Porém o trabalho publicado por Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009) relatou utilidades do resultado abrangente, sendo sua mensuração significativamente associada com preço das ações e retornos de mercado.

A análise de pesquisas anteriores sobre o tema deste artigo aponta para a seguinte questão de pesquisa: a evidenciação do resultado abrangente impacta na análise dos indicadores financeiros das empresas brasileiras, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Normas Internacionais de contabilidade? Nesse contexto, este estudo possui como objetivo geral verificar o impacto da evidenciação do resultado abrangente na análise de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Espera-se com o presente estudo, apresentar possíveis impactos da divulgação da DRA nos resultados das empresas, de forma a incentivar àquelas que ainda não divulgam ou que estão iniciando a adoção às IFRS, no atendimento à norma estabelecida pelo IASB, bem como contribuir com a literatura sobre o resultado abrangente que ainda é incipiente.

A presente pesquisa foi estruturada em cinco seções. Após a primeira, representada pelos aspectos introdutórios, a segunda seção é constituída pela fundamentação teórica e versa

sobre os principais conceitos acerca do tema. Em seguida, na terceira seção, são expostos os aspectos metodológicos, ressaltando as principais abordagens e amostra de empresas utilizada. Na quarta e quinta seções, são apresentadas, respectivamente, as análises dos resultados obtidos e as considerações finais sobre o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Internacionalização das normas contábeis no Brasil

O IASB (*International Accounting Standards Board*) é um órgão que guia países que pretendam adotar normas de contabilidade padronizadas, visando a uma maior uniformização da normatização contábil, pois ele publica e atualiza as Normas Internacionais de Contabilidade sob as siglas de IFRS (*International Financial Reporting Standards*) ou IAS (*International Accounting Standards*). Nessa perspectiva, Resende *et al.* (2011) asseguram que a convergência das demonstrações contábeis para o padrão IFRS permite aos investidores terem acesso a relatórios contábeis comparáveis entre as empresas, diminuindo a assimetria informacional para o usuário externo das demonstrações contábeis.

De acordo com Viceconti e Neves (2011), a convergência das normas contábeis facilita a análise dos investidores internacionais, pois o manuseamento de demonstrações financeiras com normas distintas dificultava a comparabilidade e aplicação dos recursos por eles. Assim, os autores complementam que “a convergência é uma contribuição da classe contábil ao crescimento da economia global, pois viabiliza o fluxo de capitais e os investimentos oriundos do exterior” (Viceconti & Neves, 2011, p.33).

De acordo com Lemes e Carvalho (2010), um dos fatores que propiciou a alteração radical no ordenamento contábil brasileiro foi o acatamento dos pronunciamentos do CPC pelas autoridades reguladoras governamentais. Ressalta-se que o CPC foi criado, em 2005, pela resolução CFC nº 1.055, visando à centralização e uniformização na emissão de normas e à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Nesse sentido, o CPC vem emitindo uma série de Pronunciamentos Técnicos, que são homologados pelos órgãos competentes pela normatização contábil brasileira e passam a integrar o rol de normas seguidas pelas empresas. De acordo com Pinheiro *et al.* (2012), estes normativos buscam empenhadamente alternativas para fornecer informações que reflitam a posição financeira das instituições com maior fidedignidade. Entre os pronunciamentos emitidos está o CPC 26, o qual trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, e introduz uma nova demonstração: a Demonstração do Resultado Abrangente.

Destaca-se também que, no Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aconteceu, sobretudo, com a publicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que alteraram dispositivos previstos na Lei das Sociedades por Ações (nº 6.404/76). Nesse contexto, segundo Niyama e Rodrigues (2010), a internacionalização das normas de contabilidade tem como finalidade a harmonização dos padrões contábeis, mitigando as disparidades apresentadas nas demonstrações financeiras, melhorando, assim, a qualidade da informação contábil.

No processo de internacionalização das normas contábeis no Brasil, ainda se observam algumas divergências entre as normas editadas pelo CPC e a legislação societária vigente, a qual teve sua última atualização, em 2009, pela Lei nº 11.941. Um exemplo desta divergência é o tipo de demonstração financeira que será elaborada para apresentação do resultado do período das empresas.

Nesse aspecto, de acordo com o art. 187 da Lei nº 6404 (Brasil, 1976), os resultados serão expostos na Demonstração do Resultado do Exercício, contendo as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e os

respectivos custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos. Assim, a lei societária, diferentemente do CPC 26, não dispõe sobre a divulgação da DRA.

2.2 Evidenciação do Resultado do Período (DRE e DRA)

Seguindo as Normas Internacionais de Contabilidade, Ernst Young e Fipecafi (2009, p.24) afirmam que

uma entidade deve escolher uma das seguintes opções para apresentar seu resultado: uma única demonstração do resultado abrangente; ou duas demonstrações separadas, sendo uma demonstrando os componentes do lucro ou prejuízo e outra começando com o lucro ou prejuízo, seguido dos componentes de outro resultado abrangente.

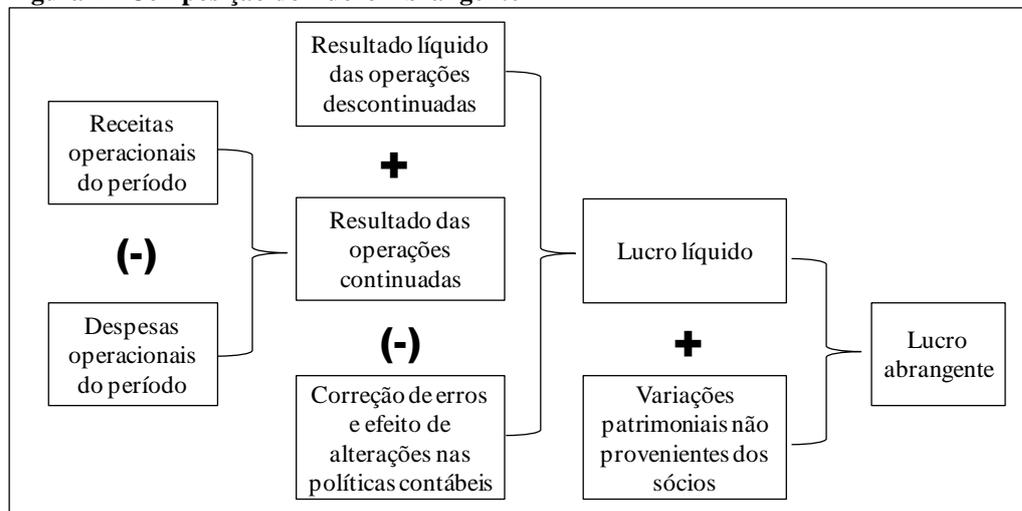
No Brasil, como mencionado, a DRA passou a ser exigida para as companhias abertas por meio do pronunciamento técnico CPC 26, a partir de 2010. No entanto, o CPC 26 não expõe as opções fornecidas pela norma internacional com relação à apresentação de uma ou duas demonstrações, sendo que, segundo este pronunciamento, a entidade deve evidenciar os itens de receita e de despesa em duas demonstrações: Demonstração do Resultado do período e Demonstração do Resultado Abrangente do período, sendo que esta última se inicia com o resultado líquido e inclui os Outros Resultados Abrangentes (CPC, 2011).

Segundo Lemes e Carvalho (2010), a DRA é composta pela DRE e Outros Resultados Abrangentes, os quais compreendem receitas e despesas reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido que não resultam de ações dos sócios como proprietários. Exemplos de Outros Resultados Abrangentes consistem nas alterações da reserva de reavaliação e os ganhos/perdas atuariais e de tradução de operações estrangeiras. Paralelamente, Santos e Schmidt (2011, p. 462), destacam que a DRA

além de apresentar a movimentação da conta de ajustes de avaliação patrimonial, informa o valor do resultado do período considerando-se, inclusive, os efeitos de ajustes de ativos líquidos mensurados a valor justo, ajustes de conversão de demonstrações contábeis, realização da reserva de reavaliação e ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios de empregados, obtendo-se dessa forma o resultado abrangente do período.

Resumidamente, o lucro abrangente evidenciado na DRA é sistematizado na Figura 1, que delinea os elementos e conceitos que devem ser considerados na sua apresentação.

Figura 1 - Composição do Lucro Abrangente



Fonte: Elaborado pelos autores

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Por meio da Figura 1, notam-se diferentes formas de mensuração do lucro, sendo que primeiramente é obtido o resultado das operações continuadas das empresas. Na sequência, são absorvidos a este lucro o resultado líquido das operações descontinuadas e os efeitos de erros e de mudanças nos princípios e padrões contábeis, chegando-se ao lucro líquido, o qual está associado ao funcionamento em continuidade da empresa, pois alcança as mudanças ocorridas nos seus ativos, decorrentes de sua atividade (Coelho & Carvalho, 2007).

Por fim, é somado, ao lucro líquido, outro evento, que de acordo com Coelho e Carvalho (2007) diz respeito a ganhos e perdas de natureza continuada ou fortuita que não foram realizados ainda no exercício corrente, mas cuja certeza de ocorrência seja alta, constituindo, assim, em variações patrimoniais não oriundas dos sócios. Tem-se, então, o lucro abrangente, que inclui na sua apuração todas as possíveis fontes de alteração da riqueza dos proprietários.

Nesse sentido, de acordo com Soutes e Schvirck (2006), existem diferentes formas de se mensurar e evidenciar o lucro, as quais podem gerar informações muito divergentes, sem que nenhuma delas possa ser considerada errada do ponto de vista conceitual. Ademais, estes autores alertam para o fato de que os usuários das informações contábeis devem analisar se as informações disponibilizadas pelas empresas são suficientes, pois o formato no qual o resultado do período é divulgado interfere de maneira direta na informação necessária (Soutes & Schvirck, 2006). Isto pode ser verificado por meio da Figura 1, uma vez que existem diversos fatores que devem ser considerados na mensuração do lucro, seja ele líquido ou abrangente, e que podem interferir na análise da empresa.

Conforme Quadro 1 existem estudos que analisaram algumas nuances quanto ao resultado abrangente, referente a seus principais reflexos, impactos e formas de evidenciação, frente as exigências emanadas pelos órgãos reguladores.

Quadro 1 – Estudos anteriores sobre resultado abrangente

Soutes e Schvirck (2006)	
Objetivos: Analisar quais são os reflexos no ROA quando utilizadas diferentes formas de mensuração do lucro, sendo tais formas, o lucro operacional contábil, lucro abrangente e lucro líquido.	Resultados: Pelo lucro contábil o investidor poderá avaliar o retorno avaliando a eficiência da administração da empresa, podendo fatos alheios à atividade principal interferir diretamente no resultado obtido. Pelo lucro abrangente, são incluídas todas as variações ocorridas no PL da empresa no período exceto as movimentações de capital e a distribuição de dividendos aos acionistas, sendo indicada para o cálculo do ROA, porém, pode trazer algumas impressões falsas aos investidores, sendo o resultado do período distorcido, aumentando o lucro, sem efetivamente aumentar a capacidade de pagamento da empresa. O lucro líquido por sua vez, conforme os autores seria a forma mais indicada a ser utilizada pelo investidor, pois de forma mista, traz os efeitos das ações da administração sem ser corrompido por eventos que não atingem diretamente o resultado da empresa.
Kabir e Laswad (2011)	
Objetivos: investigar as propriedades do lucro líquido e do resultado abrangente de empresas da Nova Zelândia. Quatro propriedades são examinadas: a persistência, a variabilidade, a capacidade preditiva e o <i>value relevance</i> .	Resultados: O estudo verificou que o lucro líquido é potencialmente mais persistente do que o lucro abrangente e, sem diferença significativa na variabilidade e na capacidade preditiva entre as duas formas de lucro; outros resultados abrangentes tem capacidade preditiva incremental, embora não seja estatisticamente significativa, e os outros resultados abrangentes não geram acréscimos ao <i>value relevance</i> .
Lin e Rong (2012)	
Objetivos: Verificar se a divulgação de outros resultados abrangentes tem efetivamente melhorado a transparência da divulgação das	Resultados: Os resultados mostram que outros resultados abrangentes tem desempenhado um papel importante e afetou significativamente o gerenciamento de resultados, apontando que, a divulgação de outros resultados abrangentes é negativamente

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

empresas e, assim, efetivamente reduziu o gerenciamento de resultados.	relacionada com o gerenciamento de resultados.
Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012)	
Objetivos: analisa hipotética e empiricamente a volatilidade que os Outros Resultados Abrangentes causariam, caso fossem registrados no resultado do exercício.	Resultados: Os resultados obtidos apontam que as empresas brasileiras que negociam ações na NYSE confirmam a hipótese de alta volatilidade, sem tendência definida no sentido de aumento ou diminuição do Lucro. Verificou-se que a diferença entre a volatilidade do Lucro Líquido e a volatilidade dos Resultados abrangentes não é estatisticamente significativa.
Lee e Park (2013)	
Objetivos: Examinar empiricamente se a diferença de empresa de auditoria é refletida no valor dos outros resultados abrangentes (OCI). Investiga se as medidas OCI de clientes Big 4 geram maior <i>value relevance</i> do que os de não Big 4.	Resultados: prevemos que o OCI de um cliente Big 4 gera mais <i>value relevance</i> do que a de um cliente não-Big 4. De acordo com as nossas previsões, descobrimos que o OCI das auditadas por Big 4 tem conteúdo de informação incremental ao longo dos ganhos, em comparação com OCI auditadas por uma não-Big 4 auditor. Mais interessante, nossos resultados também mostram que o efeito de valorização diferencial entre Big 4 e clientes não-Big 4 é mais forte para os componentes OCI de natureza mais subjetiva.
Mazzioni, Oro e Scarpin (2013)	
Objetivos: avaliar o lucro líquido e o resultado abrangente como medidas preditivas de desempenho das empresas do setor elétrico que integram a BM&FBovespa, a partir da volatilidade dos resultados encontrados no período de 2010 e 2011.	Resultados: os resultados permitiram concluir que não há nenhuma evidência de que o resultado abrangente de t_0 possui capacidade preditiva superior ao lucro líquido de t_0 para prever os resultados de t_1 . Foram considerados como resultados futuros o retorno das ações, o lucro operacional, o fluxo de caixa operacional, o lucro líquido consolidado e o resultado abrangente do ano $t + 1$, na amostra investigada.
Turktas et al. (2013)	
Objetivos: investigar se a escolha quanto a forma do relatório de resultado abrangente é influenciada por fatores mencionados pela Teoria da Contabilidade Positiva e se os investidores valorizam a sua escolha, olhando para os retornos das ações das empresas do S&P 350 Europe Index.	Resultados: os resultados da pesquisa mostram que não existe uma associação significativa entre a escolha de relatórios das empresas e do capital baseado em incentivos, segurança no trabalho, a volatilidade e a alavancagem das empresas. Os resultados sugeriram que há uma associação significativa entre a remuneração total do CEO e a volatilidade de um lado e a escolha de relatórios das empresas, por outro lado. No entanto, estes resultados não são significativos no sentido esperado, mas na direção oposta.

Fonte: Elaborado pelos autores

Nesse mesmo prisma, a pesquisa busca contribuir com as pesquisas levantadas, apresentando os efeitos dos resultados abrangentes nos indicadores de desempenho ROE e EPS que serão discutidos na seção seguinte.

2.3 Indicadores financeiros: Retorno sobre o PL (ROE) e Lucro por Ação (EPS)

O ROE (*Return on equity*), ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido, é o indicador mais conhecido da análise das demonstrações financeiras, e expressa o retorno financeiro líquido gerado pela empresa em função do capital investido pelos sócios (Resende *et al.*, 2011). Martins, Diniz e Miranda (2012) complementam que o ROE é o mais importante dos indicadores, porque demonstra a capacidade de a empresa remunerar o capital que foi investido pelos sócios, sendo relevante utilizar o Lucro Líquido na fórmula, pois é o que sobra para os sócios.

De acordo com Damodaran (2004), o ROE examina a rentabilidade a partir da perspectiva do investidor em ações, relacionando o lucro líquido, após os impostos e despesas de juros, com o valor contábil do investimento em ações. Segundo Rossetti (2008, p.75), o ROE “é de tal importância que alguns modelos foram desenvolvidos com o intuito de analisar a sua variação ao longo do tempo, compreendendo melhor quais os fatores que levam à

redução ou o aumento da rentabilidade dos acionistas”. Estudos anteriores (Soutes & Schvirck, 2006) supracitados (na seção 2.2), utilizaram também o ROE verificar quais foram os impactos nos indicadores financeiros motivados pela apresentação da DRA.

O EPS (*Earnings per Share*), ou Lucro por Ação, por outro lado, é considerado um importante indicador de rentabilidade, especialmente para o mercado acionário, pois, por meio dele, é possível mensurar a rentabilidade de cada ação em determinado período, isto é, aponta o retorno de mercado da ação (Rossetti, 2008). Assaf Neto (2007) acrescenta que o Lucro por Ação é um indicador de grande utilidade para a avaliação por parte dos investidores das empresas, pois mede o ganho potencial de cada ação, embora não seja necessariamente realizado financeiramente. Assim, o EPS pode ser utilizado na análise das demonstrações contábeis para associar a quantidade de ações emitidas pelas companhias abertas brasileiras com o lucro gerado por elas. Em linhas gerais, enquanto o ROE adota o valor contábil do PL em sua totalidade, o EPS adota o valor de mercado da ação, ou seja, o retorno de mercado da ação.

3 DESENHO DA PESQUISA

O objetivo do presente estudo é verificar o impacto da evidenciação do resultado abrangente sobre indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade. Desta forma, foram coletados dados das demonstrações financeiras de uma amostra de empresas brasileiras. Na sequência foram calculados os indicadores ROE e EPS, utilizando-se o lucro líquido nas fórmulas, e, em um segundo momento, valendo-se do lucro abrangente, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Indicadores utilizados durante a pesquisa

Índice	Descrição	Fórmulas	
		Lucro Líquido PL inicial do período	Lucro abrangente PL inicial do período
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (PL)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL inicial do período}}$	$\frac{\text{Lucro abrangente}}{\text{PL inicial do período}}$
EPS	Lucro por ação	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Nº de ações}}$	$\frac{\text{Lucro abrangente}}{\text{Nº de ações}}$

Fonte: Elaborado pelos autores

Adicionalmente, para caracterização da amostra, além da razão social da empresa, os seguintes dados foram coletados: segmento de negócio a que pertence; valores do lucro líquido, lucro abrangente e patrimônio líquido; e número de ações.

Durante a análise dos resultados, foram aplicados recursos estatísticos para determinar a estatística descritiva da amostra. Para analisar os dados, buscou-se primeiramente examinar a normalidade para as variáveis elencadas, a fim de identificar o teste mais adequado para ser aplicado. Assim, verificou-se que as variáveis apresentavam distribuição normal nos anos de 2010 a 2012, sendo aplicado o teste T de *Student*, o qual “avalia se as diferenças observadas entre as médias de duas amostras ocorreram por acaso ou se houve uma diferença verdadeira” (Hair Jr, Babin, Money & Samouel, 2005, p.297).

Nesse sentido, os resultados obtidos com os cálculos dos indicadores sob as duas perspectivas (lucro líquido e lucro abrangente) foram separados em dois grupos. Posteriormente, foi utilizado o método estatístico teste T de *Student*, pois pretendeu-se, neste trabalho, realizar a comparação da média dos valores dos indicadores financeiros num grupo (lucro líquido) com a média dessa variável noutro grupo (lucro abrangente).

Para alcançar os resultados pertinentes ao estudo, foram estabelecidas hipóteses, que segundo Hair Jr, Babin, Money e Samouel (2005), servem para explicar e testar fatos ou

fenômenos propostos por meio de evidência empírica. Dessa forma, foram testadas as seguintes hipóteses:

H_0 = as médias dos indicadores financeiros calculados com base na ótica de lucro líquido e com base no lucro abrangente são iguais.

H_1 = as médias dos indicadores financeiros calculados com base na ótica de lucro líquido e com base no lucro abrangente não são iguais.

Salienta-se que estas hipóteses foram construídas com base na pesquisa de Soutes e Schvirck (2006), que sugeriram, no estudo realizado por eles, que a forma de mensuração do lucro torna diferente os resultados dos cálculos de indicadores, influenciando na análise deles. Nessas perspectivas, estas hipóteses serão testadas por meio do teste T de *Student*, sendo estabelecido um nível de significância igual a 0,05.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os relatórios financeiros (DRE e DRA) divulgados pelas companhias abertas brasileiras, com ações negociadas na BM&F Bovespa, e pertencentes ao Índice Bovespa (Ibovespa) que conforme a BM&F Bovespa (2013) “é o mais importante indicador de desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro”.

Dado a relevância do Ibovespa na determinação das empresas com maiores negociações na BM&F Bovespa, foram extraídas informações das demonstrações financeiras das 65 companhias listadas neste índice em junho de 2013. No entanto, foram selecionadas somente as empresas que divulgaram o lucro abrangente nos anos de 2010, 2011 e 2012, totalizando 39 empresas. Foram coletados dados desses anos, visto que o CPC 26 incluiu a DRA no rol das demonstrações a serem divulgadas pelas companhias abertas brasileiras em 2009, com aplicabilidade a partir de 2010.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionado, para efetivação deste estudo selecionaram-se, das 65 empresas listadas no Ibovespa, somente aquelas que apresentaram a DRA concomitantemente nos anos de 2010, 2011 e 2012, totalizando 39 instituições. De maneira geral, seguem, na Tabela 1 as divulgações realizadas por essas companhias quanto a apresentação da DRA e DRE.

Tabela 1 - Divulgações realizadas pelas 65 empresas pertencentes ao Ibovespa

	2010	2011	2012
Divulgação de DRE e DRA	40	43	48
Divulgação apenas de DRE	25	22	17
- Ausência de Outros Resultados Abrangente	15	13	10
- Não aderência ao CPC 26	10	9	7

Fonte: Dados da Pesquisa.

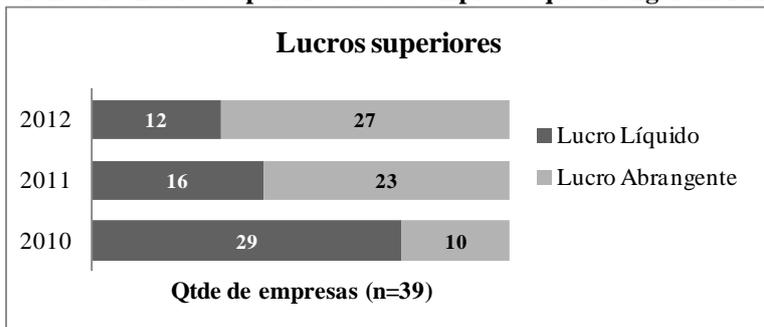
Segundo exposto na Tabela 1, 2010 foi o ano com menor divulgação da DRA, e sugere-se que isto ocorreu porque este foi o primeiro ano da obrigatoriedade da divulgação da demonstração pelas companhias abertas brasileiras. Destaca-se também que, em 2012, três anos após a obrigatoriedade de divulgação da DRA, existiam empresas que não a realizavam.

Por meio das notas explicativas das companhias que não divulgaram a DRA verificou-se que algumas empresas apresentaram a demonstração zerada e alegaram que não possuíam Outros Resultados Abrangentes no período em questão, como demonstrado na Tabela 1. Por outro lado, outras instituições não justificaram a ausência da DRA no rol de divulgações realizadas, o que pode ser interpretado como uma não adequação das empresas às normas vigentes no CPC 26, que determina a evidenciação dos itens de receita e de despesa reconhecidos no período em duas demonstrações: DRE e DRA. Contudo, nota-se que a não

aderência ao CPC 26, para tais empresas, tem diminuído no decorrer dos anos, sendo que em 2010, dez empresas não seguiram a norma, e em 2012 o número caiu para sete.

Em relação as 39 empresas que divulgaram a DRE e DRA nos 3 anos, verificou-se que algumas companhias apresentaram lucro líquido superior ao abrangente, e em outras ocorreu o inverso. De maneira geral, segue no Gráfico 1, a classificação das 39 empresas em relação ao maior lucro encontrado dentre os dois tipos em análise (líquido e abrangente).

Gráfico 1 - Lucros superiores das 39 empresas que divulgaram DRE e DRA (2010- 2012)



Fonte: Dados da pesquisa

Por meio do Gráfico 1, percebe-se que em 2010 a maioria das empresas (29) possuía o Lucro líquido superior ao abrangente. Já em 2011 e 2012 ocorreu o inverso, sendo que a maior parte das companhias apresentou o Lucro abrangente superior. Nesse sentido, segundo Ferraro (2011), a inclusão de Outros Resultados Abrangentes no lucro da empresa pode gerar um impacto positivo ou negativo, fazendo crescer ou decrescer o lucro/ prejuízo, levando até a inverter a posição de lucro para prejuízo, e vice-versa.

Dessa forma, a Tabela 2 mostra os impactos gerados (variações positivas ou negativas) pela adição dos Outros Resultados Abrangentes nos lucros líquidos das 39 empresas que divulgaram a DRA nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Tabela 2 - Impactos dos Outros Resultados Abrangentes nos resultados das empresas

Impacto gerado	2010	2011	2012
	Total empresas (n=39)		
Variação negativa	29	16	12
Lucro para prejuízo	-	-	-
Redução do lucro	27	14	9
Crescimento do prejuízo	2	2	3
Variação positiva	10	23	27
Prejuízo para lucro	-	1	1
Crescimento do lucro	10	18	21
Redução do prejuízo	-	4	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme a Tabela 2, as empresas podem ter variações positivas ou negativas em seus resultados por meio da divulgação da DRA. Exemplificando, em 2010, uns totais de 27 empresas tiveram uma variação negativa no resultado motivado pela redução do lucro. Em 2010, a maioria das instituições sofreram variações negativas em seus resultados, pois os Outros Resultados Abrangentes do período reduziram o lucro líquido do período ou acarretaram o crescimento do prejuízo. Em 2011 e 2012 a variação positiva no resultado prevaleceu dentre as empresas da amostra, pois a soma dos Outros Resultados Abrangentes ao lucro líquido provocou o crescimento do lucro, redução do prejuízo, e até mesmo, a inversão de prejuízo para lucro.

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Na Tabela 3, estão discriminadas as diferenças absolutas entre os valores do Lucro Líquido e Abrangente das empresas, assim como o tipo de lucro que foi superior. Da amostra utilizada para este estudo, composta por 39 empresas, selecionaram-se as 10 companhias com valores mais representativos.

Tabela 3 - Maiores diferenças entre o Lucro Líquido (LL) e Lucro Abrangente (LA)

		Em R\$ mil					
		2010		2011		2012	
Empresa	Segmento de negócio	LL-LA	Lucro superior	LL-LA	Lucro superior	LL-LA	Lucro superior
1	Vale S.A.	808.979	LL	9.074.998	LA	9.828.655	LA
2	Banco Bradesco S.A.	383.613	LA	468.213	LL	4.645.677	LA
3	Cia Siderúrgica Nacional	417.700	LL	1.198.761	LL	1.753.100	LA
4	Metalúrgica Gerdau S.A.	708.196	LL	1.062.921	LA	1.315.034	LA
5	Gerdau S. A.	694.505	LL	1.061.751	LA	1.315.037	LA
6	Cia Bebidas das Américas	481.849	LL	383.648	LL	1.692.057	LA
7	Petróleo Brasileiro S.A.	24.378	LL	1.503.452	LA	741.837	LA
8	JBS S.A.	1.020.782	LL	189.380	LL	250.991	LA
9	Embraer S. A.	252.314	LL	669.555	LA	466.130	LA
10	Bco Brasil S.A.	167.832	LA	400.129	LA	606.916	LA

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por meio da Tabela 3, destaca-se que a empresa com maiores divergências entre as duas formas de mensuração do lucro, pertencente ao segmento de Minerais metálicos, apresentou em 2011 e 2012 diferenças superiores a R\$9 bilhões, tamanha representatividade dos Outros Resultados Abrangentes nesses períodos. Tais diferenças superiores podem ser devido ao grau de investimentos mantidos no exterior, fator que agrega custos para a conversão das demonstrações contábeis conforme apontado por Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012).

Para dar continuidade ao estudo, e identificar o impacto dos Outros Resultados Abrangentes sobre o ROE e EPS, estes indicadores foram calculados sob as duas rubricas (lucro líquido e abrangente), conforme relatado na seção 3 deste trabalho. Nesse sentido, a Tabela 4 descreve a constituição da amostra utilizada para análise dos cálculos do ROE e EPS.

Tabela 4 – Amostra para análise do ROE e EPS

	ROE	EPS
Empresas listadas no Ibovespa		65
Empresas com lucro abrangente (2010-2012)		39
Outliers eliminados	7	1
Amostra (n)	32	38

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao cálculo do ROE, este foi realizado para as 39 empresas que divulgaram a DRA e DRE de 2010 a 2012, de acordo com as duas rubricas. Após esse cálculo, foram

retiradas da amostra sete empresas, que foram consideradas *outliers*, pois diferiram em maior grau das médias das empresas da amostra, totalizando 32 empresas.

O mesmo procedimento foi aplicado para o cálculo do EPS para as 39 empresas que divulgaram a DRA e DRE de 2010 a 2012. Após o cálculo, foi retirada da amostra uma empresa, considerada *outlier*, chegando a 38 empresas componentes da amostra para cálculo do EPS.

Na sequência, foi aplicado o teste de normalidade para as 32 empresas da amostra do ROE e para as 38 empresas da amostra do EPS, e, em consequência dos resultados obtidos, verificou-se a aplicabilidade do teste T de *Student*. Assim, as análises estatísticas realizadas nas companhias que divulgaram o lucro abrangente nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão expostas na Tabela 5.

Os valores encontrados no teste T são os *p-value* ou valor de p, pelos quais é possível verificar se houve, ou não, diferença entre os cálculos dos indicadores financeiros por meio do Lucro Líquido e por meio do Lucro Abrangente. Para a análise, ressalta-se que o nível de significância adotado foi 5%, visto que o teste considera um nível de confiança de 95%.

Tabela 5 - Teste T para Diferença de Média com 95% de confiança

Período	Lucro	ROE (n=32)		EPS (n=38)	
		Média	Teste T	Média	Teste T
2010	Líquido	0,1705	0,8449	2,0428	0,7641
	Abrangente	0,1649		1,9312	
2011	Líquido	0,1338	0,8448	1,7592	0,7660
	Abrangente	0,1426		1,9229	
2012	Líquido	0,0825	0,5290	1,0990	0,5108
	Abrangente	0,1020		1,3982	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao cálculo do ROE, observa-se que, em todos os anos, o *p-value* ficou acima do nível de significância (0,05), o que implica a aceitação da hipótese nula (H_0), que considera que as médias dos indicadores financeiros calculados com base na ótica de lucro líquido e abrangente são iguais nos três anos de análise (2010, 2011 e 2012). Esses resultados relacionados ao ROE corroboram com os resultados encontrados por Resende *et al.* (2011), visto que os autores testaram as empresas brasileiras que publicaram na CVM as demonstrações contábeis referentes a 2009, e detectaram que a média do ROE, calculado a partir do Lucro Líquido ou Abrangente, não apresentava diferença.

Em relação ao EPS, o resultado foi semelhante ao ROE, uma vez que todos os valores de *p-value* estão acima do nível de significância de 5%, fazendo com que se aceite a H_0 , e que se conclua que os valores do EPS calculado com base no lucro líquido e no lucro abrangente são significativamente iguais nos três anos de análise. Contudo, estes resultados contrastam com o trabalho realizado por Kanagaretnam *et al.* (2009), que evidenciaram que, nas empresas canadenses, o resultado abrangente é mais fortemente associado com preço das ações e retornos do que o lucro líquido, sendo um melhor indicador do lucro futuro.

Nessas perspectivas, os resultados encontrados nesta pesquisa divergem com o trabalho realizado, em 2011, por Ferraro, visto que no presente estudo não foram identificados impactos na análise de indicadores financeiros causados pela forma de mensuração do lucro. Ferraro (2011) afirmou que a utilização dos Outros Resultados Abrangentes como parte do resultado ou como dados secundários, altera o desempenho podendo ter uma considerável influência na avaliação de indicadores.

Entretanto, analisando-se isoladamente as empresas, notou-se que estas expuseram variações nos valores dos indicadores financeiros calculados com base no Lucro líquido (LL)

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

e Lucro abrangente (LA). Nas Tabelas 6 e 7, encontram-se as principais variações dos indicadores das empresas e os respectivos segmentos de negócios. Destaca-se que estão expressas, nessas tabelas, somente as 10 empresas que apresentaram maiores diferenças nos cálculos do ROE e EPS, realizados de acordo com as duas rubricas, visto que as demais companhias possuíram diferenças irrisórias.

Tabela 6 - Variações entre o ROE (LA) e ROE (LL)

		Diferenças absolutas entre ROE (LA) e ROE (LL)					
		2010		2011		2012	
Empresa	Segmento de negócio	Dif.	Variação (%)	Dif.	Variação (%)	Dif.	Variação (%)
1	Cia Siderúrgica Nacional	0,063	17	0,153	-33	0,208	365
2	Embraer S. A.	0,050	-42	0,128	391	0,080	67
3	Vale S.A.	0,008	-3	0,078	24	0,067	106
4	Metalúrgica Gerdau S.A.	0,033	-31	0,058	54	0,054	99
5	Gerdau S.A.	0,032	-28	0,053	51	0,050	88
6	Bradespar S.A.	0,002	-1	0,079	26	0,044	81
7	Banco Bradesco S.A.	0,009	4	0,009	-4	0,078	41
8	JBS S.A.	0,053	-401	0,010	-59	0,012	33
9	Cosan S.A. Ind. e Com.	0,027	-21	0,021	5	0,022	25
10	Marfrig Alimentos S.A.	0,003	-9	0,035	19	0,028	40

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por meio da Tabela 6, observam-se as diferenças entre os valores dos indicadores calculados com base no lucro líquido e abrangente e a respectiva variação gerada no ROE pelo acréscimo dos Outros Resultados Abrangentes ao lucro líquido. Assim, as variações positivas representam que o ROE aumentou seu índice ao ser utilizado o lucro abrangente na fórmula, e o contrário ocorreu para as variações negativas. As maiores variações nos valores dos indicadores giram em torno de 400%, sendo que há casos em que a companhia diminuiu seu indicador em 401% (JBS S.A.) ao calculá-lo com base no lucro abrangente (empresa 8), e em outras houve aumento de 365% (Cia Siderúrgica Nacional) e 391% (Embraer S.A.) com o cálculo do ROE valendo-se do lucro abrangente (empresas 1 e 2, respectivamente).

Assim, a empresa 1, que apresentou maiores diferenças no ROE pertence ao segmento de Siderurgia, destacando-se o fato de que, em 2012, ano com maior distorção, o ROE calculado com base no lucro abrangente ficou 20,8 pontos percentuais acima do indicador calculado utilizando-se o lucro líquido. Tomando-se a base teórica, apresentada anteriormente, o aumento do valor do ROE demonstra uma maior capacidade de a empresa remunerar o capital que foi investido pelos sócios (Martins, Diniz & Miranda, 2012). Assim, infere-se que a forma de mensuração do lucro escolhida para se calcular o ROE pode interferir na análise econômica e financeira desta empresa.

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Tabela 7 - Variações entre o EPS (LA) e EPS (LL)

Empresa	Segmento de negócio	Diferenças absolutas entre EPS (LA) e EPS (LL)					
		2010		2011		2012	
		Dif.	Variação (%)	Dif.	Variação (%)	Dif.	Variação (%)
1 Metalúrgica Gerdau S.A.	Siderurgia	1,716	-31	2,576	54	3,187	99
2 Vale S.A.	Minerais Metálicos	0,151	-3	1,691	24	1,832	106
3 Bradespar S.A.	Holdings Diversificadas	0,029	-1	1,530	26	1,101	81
4 Cia Siderúrgica Nacional	Siderurgia	0,282	17	0,822	-33	1,202	365
5 Embraer S. A.	Material Aeronáutico e Defesa	0,341	-42	0,904	391	0,630	67
6 Gerdau S.A.	Siderurgia	0,458	-28	0,617	51	0,765	88
7 Banco Bradesco S.A.	Bancos	0,102	4	0,122	-4	1,215	41
8 Cosan S.A. Ind. e Com.	Açúcar e Alcool	0,399	-21	0,347	5	0,528	25
9 Energias do Brasil S.A.	Energia Elétrica	0,338	-7	0,445	-10	0,341	-30
10 Cia Bebidas das Américas	Cervejas e Refrigerantes	0,155	-6	0,123	-4	0,541	16

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Tabela 7 traz as 10 empresas com maiores variações entre as duas formas de cálculo do EPS. Da mesma forma que o ROE, a empresa que apresentou maiores distorções pertence ao segmento de Siderurgia, sendo que, em 2012, o valor do EPS, sob uma forma de cálculo, aumentou em quase 100%, fazendo com que os indicadores calculados de acordo com as duas rubricas apresentassem uma diferença de 318,7 pontos percentuais. Este fato pode interferir na análise desta empresa por parte dos acionistas, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, o indicador EPS mede o ganho potencial de cada ação (Assaf Neto, 2007).

Ressalta-se, por fim, que, para algumas empresas, o tipo de lucro escolhido para se calcular indicadores de rentabilidade pode interferir na interpretação de sua atual situação econômica e financeira. Ademais, não se pode assegurar qual das duas formas de mensuração do lucro (líquido ou abrangente) propiciará os maiores valores dos indicadores em estudo, e que isto dependerá das transações e situações específicas de cada entidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação de um novo padrão contábil brasileiro, por meio da convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, surgiram algumas contas e conceitos novos que mudaram o tradicional plano de contas. Dentre as alterações ocorridas, destaca-se a obrigatoriedade da divulgação do lucro abrangente, evidenciado na Demonstração do Resultado Abrangente, que é um relatório previsto nas IFRSs, com reflexo nos CPCs.

Considerando que o resultado abrangente inclui todas as mutações do PL (exceto as mudanças derivadas de ações com acionistas), incluindo o resultado do exercício, este estudo buscou verificar o impacto de sua evidenciação na análise de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Em relação à aderência de companhias abertas brasileiras, listadas no índice Bovespa, às Normas Internacionais de Contabilidade, no que tange à divulgação do resultado abrangente, evidenciou-se que somente 39 empresas divulgaram a DRA concomitantemente em 2010, 2011 e 2012. Sendo assim, os testes realizados apontaram que não existem impactos desta forma de reconhecimento do lucro sobre os indicadores financeiros de rentabilidade ROE e EPS, visto que não existem diferenças significativas entre os indicadores calculados sob as duas formas de mensuração do lucro (líquido e abrangente).

Salienta-se que, embora os testes estatísticos realizados neste trabalho apontem para a igualdade entre as médias dos indicadores financeiros calculados com base no lucro líquido e abrangente, este estudo permitiu verificar que, individualmente, as empresas podem ser diferentemente interpretadas, caso recorram ao lucro líquido ou ao lucro abrangente para cálculo de indicadores de desempenho (ROE e EPS).

Não obstante, os resultados obtidos neste estudo permitem oferecer algumas reflexões sobre a análise do resultado abrangente, tema ainda pouco explorado no Brasil em decorrência da recente relativa obrigatoriedade de divulgação. Por exemplo, atualmente, não existe nenhum indicador financeiro, nas referências tradicionais, que utilize, especificamente, o lucro abrangente em sua fórmula, pois todos englobam outras formas de mensuração do lucro, tais como lucros líquidos e operacionais.

Com este estudo, espera-se ter contribuído para o aumento da discussão empresarial e acadêmica desse tema no Brasil. No meio empresarial, espera-se que as companhias abertas brasileiras busquem a divulgação da DRA, evidenciando informações completas e fidedignas conforme normas estabelecidas pelo IASB, com reflexo no CPC. Por sua vez, no meio acadêmico espera-se que os resultados desta pesquisa tenham contribuído com a literatura e instiguem a construção de outras pesquisas científicas envolvendo o resultado abrangente.

Ademais, os limites do estudo consistem no fato de que foi analisado apenas o grupo de companhias abertas brasileiras pertencentes ao Ibovespa, que possuem ações com maior liquidez que as demais empresas. Dessa forma, a amostra selecionada não probabilística pode impedir a generalização dos resultados. Além disso, não foi escopo do trabalho identificar se existem outros fatores que impactam nos indicadores financeiros das empresas. Por fim, o último limite consiste no fato de que foram utilizados, para realização desta pesquisa, os índices financeiros que possuem Lucro Líquido nas fórmulas, de acordo com as referências tradicionais, o que restringiu a análise para o ROE e EPS. Não obstante, estes limites são inerentes ao objetivo deste estudo, e, possivelmente, trabalhos posteriores poderão detectar os potenciais efeitos de tais limites sobre os resultados apresentados.

Nesse sentido, a análise sobre o impacto dos Outros Resultados Abrangentes no desempenho das empresas requer um estudo mais aprofundado, visto que este trabalho identificou as diferenças entre lucro líquido e abrangente, mas não apurou os motivos de fato que fizeram tais lucros apresentarem variações. Nesse contexto, visando ampliar a discussão sobre essa nova demonstração contábil introduzida recentemente no Brasil, sugere-se a realização de pesquisas que envolvam outras companhias abertas brasileiras, listadas na BM&F Bovespa, sobre a sua aderência às Normas Internacionais de Contabilidade, no que tange à divulgação do resultado abrangente, além da identificação e explicação de possíveis impactos desta forma de mensuração de lucro sobre outros indicadores financeiros de rentabilidade, como o ROA (Retorno sobre Ativo) e o ROI (Retorno sobre Investimentos).

REFERÊNCIAS

Assaf Neto, A. (2007). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. *Índices*. 2013. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=Ibovespa&Idioma=pt-br>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

Brasil. *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976, Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 25 fev. 2013.

Coelho, A. C., & Carvalho, L. N. (2007). Análise Conceitual de Lucro Abrangente e Lucro Operacional Corrente: Evidências no Setor Financeiro Brasileiro. *Brazilian Business Review – BBR*. Vitória, v. 4, n. 2, pp. 119-139, mai-ago.

CPC - Comitê De Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1)*. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em 25 fev. 2013.

Damodaran, A. (2004). *Finanças Corporativas: teoria e prática*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.

Dastgir, M., & Velashani, A. S. (2008). Comprehensive Income and Net Income as Measures of Firm Performance: Some Evidence for Scale Effect. *European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences*. v.12. pp. 123-133.

Ernst & Young, & Fipecafi. (2009). *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 1. ed. São Paulo: Atlas.

Ferraro, O. (2011). Comprehensive Income in Italy: Reporting Preferences and Its Effects on Performance Indicators. *Journal of Modern Accounting and Auditing*. v.7, n.12, pp.1315-1328.

Gallon, A. V., Silva, T. P. da, Toledo Filho, J. R. de, & Hein, N. (2009). Análise do ROA sobre as diferentes formas de apresentação do lucro nas empresas do nível 1 de governança corporativa da Bovespa. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*. v. 6, n.1. pp.49-58.

Hair Jr, J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.

IASB – International Accounting Standards Board. (2013). *IFRS: Consolidated without early application (Part B)*. London: IFRS.

Iudícibus, S. de, & Marion, J. C. (2006). *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Kabir, M. H.; & Laswad, F. (2011). Properties of net income and total comprehensive income: New Zealand evidence. *Accounting Research Journal*, v. 24, n. 3, pp. 268-289.

Kanagaretnam, K., Mathieu, R., & Shehata, M. (2009). Usefulness of comprehensive income reporting in Canada. *Journal Accounting and Public Policy*. n. 28. pp. 349–365.

Lee, C.; & Park, M. S. (2013). Subjectivity in fair-value estimates, audit quality, and informativeness of other comprehensive income. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, n. 29, pp. 218–231.

Lemes, S., & Carvalho, L. N. (2010). *Contabilidade Internacional para Graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha*. São Paulo: Atlas.

Lin, W.; & Rong, M. (2012). Impacts of other comprehensive income disclosure on earnings management. *Nankai Business Review International*, v. 3, n. 1, pp. 93-101.

Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2012). *Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas.

Mazzioni, S.; Oro, I. M.; & Scarpin, J. E. (2013). Lucro Versus Resultado Abrangente como Medida Preditiva do Desempenho das Empresas do Setor Elétrico Brasileiro. *Registro Contábil*, Ufal, Maceió/AL, v. 4, n. 3, p. 89-104.

Niyama, J. K., & Rodrigues, J. M. (2010). Análise das demonstrações contábeis das companhias listadas na Bovespa: uma abordagem sobre os impactos decorrentes das modificações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano 34, nº183, pp. 25-38.

Pinheiro, L. E. T., Macedo, R. P. De, & Vilamaior, A. G. (2012). Lucro Líquido versus Lucro Abrangente: Uma Análise Empírica da Volatilidade. *Revista Universo Contábil*. Blumenau, v. 8, n. 4, pp. 06-18.

Resende, L. L., Pinheiro, L. E. T., & Maia, S. C. (2011). As diferentes formas de mensuração do lucro e o reflexo no ROE das empresas que aderiram ao padrão IFRS. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 14. out. 2011. São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/244.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2013.

Rossetti, J. P. (org). (2008). *Finanças Corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Santos, J. L. dos, & Schmidt, P. (2011). *Contabilidade Societária*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

Soutes, D. O., & Schvirck, E. (2006). Formas de Mensuração do Lucro e os Reflexos no Cálculo do ROA. *BBR – Brazilian Business Review*. Vitória, v. 3, n. 1, pp 74-87.

Turktas, B.; Georgakopoulos, G.; Sotiropoulos, I.; & Vasileiou, K. Z. (2013). Reporting Comprehensive Income: Reasons for Reporting Choices and Investor Reactions. *International Journal of Economics and Finance*, v. 5, n. 4.

Viceconti, P., & Neves, S. das. (2011). *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 16 ed. São Paulo: Saraiva.